

Ata da 55ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia,

em 11 de novembro de 2011.

Presidência da Senhora Deputada Maria Del Camem, *ad hoc*. À hora marcada, a Senhora Presidenta e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão, com a finalidade de **comemorar os 10 anos da aprovação do Estatuto da Cidade e fazer a entrega do título de Cidadã Baiana à Sra. Ermínia Maricato**. Compuseram a Mesa dos trabalhos: o Deputado Marcelino Galo; a ex-Ministra Adjunta do Ministério das Cidades, Ermínia Maricato; o Secretário do Planejamento do Estado da Bahia, Zezéu Ribeiro; o Presidente do Sindicato dos Engenheiros da Bahia (Senge), Ubiratan Félix; o Gerente Regional da Caixa Econômica Federal, Paulo Sérgio Piton Sarno, representando o Presidente Jorge Hereda; o Presidente da fundação Mário Leal Ferreira, Luiz César Baqueiro, representando o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Salvador, Paulo Sérgio Silva; a Superintendente em Planejamento e Gestão Territorial, Graça Torreão, representando o Secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, Cícero Carvalho Monteiro; o Vereador Isnar Araújo, representando o Presidente da Câmara Municipal de Salvador, Vereador Pedro Godinho; a Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, Naia Alban; o Presidente do Crea-BA, Jonas Dantas; o Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil na Bahia (IAB-BA), Daniel Colina; o Diretor da Sociedade Brasileira de Urbanismo (SBU), Fagner Dantas; o representante da Coordenação do curso de Urbanismo da Universidade Estadual da Bahia, André Santos; o Superintendente do Ibama, Célio Costa Pinto; e a Coordenadora Municipal do Movimento dos Sem Terra de Salvador (MSTS), Iraíldes Santos, representando os movimentos sociais de Salvador. Em seguida, da tribuna, historiou sobre a construção do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) que, carinhosamente, chamou de “Constituição da Cidade”, fruto da Emenda Popular da Reforma Urbana nº 63, de 1987, encabeçada pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana. Tal dispositivo legal se tornou o marco regulatório das políticas urbanas no Brasil, “centrado no direito à cidadania, na gestão democrática, na recuperação da mais valia urbana e no cumprimento da função social da propriedade”. Discorreu sobre as diretrizes do Estatuto, que criou uma nova concepção de plano diretor e, recentemente, consolidou uma retomada significativa dos investimentos em habitação e saneamento (o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Minha Casa, Minha Vida), lamentando, entretanto, a falta de efetivo compromisso estatal nesses dez anos para fazer valer essas diretrizes, sobretudo com relação às questões fundiárias. Registrou os seminários que a Subcomissão Especial de

Desenvolvimento Urbano da Casa realizou durante o ano de 2011 para tratar sobre a importância e a aplicação do Estatuto da Cidade nos dez anos de existência. Historiou, também, sobre a “digna” trajetória de vida da homenageada, paulista de nascimento, uma das mais importantes pensadoras da política urbana, destacando a luta que empreendeu para a construção de cidades mais justas e mais humanas; luta que iniciou na USP, onde estudou e ensinou, e se afirmou ao ocupar cargos públicos na área de urbanismo e na formulação da proposta para a criação do Ministério das Cidades. Pelas ações que desenvolveu recebeu vários prêmios e se tornou merecedora do título de **Cidadã Baiana** conferido pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Ao lado do Deputado Marcelino Galo, do Secretário Zezéu Ribeiro e do Engenheiro Ubiratan Félix, a Sra. Presidenta entregou o título a mais nova baiana, **Ermínia Maricato**, sob o aplauso dos presentes. Na sequência, a Sra. Presidenta, ladeada por componentes da Mesa dos trabalhos, homenageou com uma placa da Assembleia a algumas entidades que se destacaram, local ou nacionalmente, na luta pela aprovação e aplicação do Estatuto da Cidade: o Deputado Federal Zezéu Ribeiro; Lucivalda Moura, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (SESI); Maria Sirleide Santana, do Movimento Nacional de luta pela Moradia; João Pereira, da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam); Joselito, da União Nacional de Moradia Popular, em nome de Marli Carrara; Agnaldo Evangelista, da Central dos Movimentos Populares; Idelmário Proença, em nome dos Sem-Teto de Salvador; Glória Cecília dos Santos Figueiredo, Diretora-Presidente da Sociedade Brasileira de Urbanismo; Renato Andrade, do Crea, em nome de Jonas Dantas; Daniel Colina, do IAB-BA; e Ubiratan Félix, do Sindicato dos Engenheiros. A Sra. Ermínia Maricato, emocionada, agradeceu a homenagem que a tornou baiana de fato, baianidade que se iniciou quando, estudante de arquitetura, visitou a Faculdade de Arquitetura da UFBA, oportunidade em que conheceu Dona Hildélia, a mãe do estudante de arquitetura, Luiz Baqueiro, que se tornou “a sua mainha”, historiando os fatos que marcaram o “namoro” dela com a Bahia e o encantamento com a hospitalidade, a musicalidade e a cultura do povo baiano. Fez uma reflexão sobre o impacto da Política Urbana no Brasil, iniciada com a reforma urbana em 1963, ciclo que se encerrou com a ditadura militar. A partir daí a luta avançou com o apoio de diversas categorias da sociedade, tornando-se mais forte nas décadas de 80 e 90, quando começaram a surgir as prefeituras democráticas (orçamento participativo, organização de favelas) e a conquista de novas leis, com destaque para o saneamento, consórcios públicos, o fundo nacional de habitação de interesse social, o Estatuto das Cidades e a Lei de Resíduos Sólidos. O movimento de reforma urbana conquistou outros espaços, a exemplo do Ministério das Cidades, a Conferência Estadual das Cidades, Conselhos Participativos, programas sociais, entretanto, as cidades pioraram, porque não se trabalhou o centro da reforma urbana, que é a questão da terra – “não dá para discutir cidade, sem discutir o campo”. Destacou a importância

do Estatuto das Cidades, “uma lei tão interessante que vários países querem conhecer”, apesar disso, “lamentavelmente”, não está sendo aplicada no Brasil, porque fere os interesses dos poderosos. “Precisamos iniciar um novo ciclo na luta pela reforma urbana e combater o analfabetismo urbano”, acrescentou. Finalizou, citando o Padre Antônio Vieira: “Neste mundo há muitas misérias que não são ignorâncias e não há ignorância que não seja miséria”. O Secretário Zezéu Ribeiro, ao homenagear Ermínia, trouxe o testemunho do potencial de luta que ela sempre empreendeu, sem perder o vínculo com o movimento sindical. Salientou a importância do Estatuto das Cidades, afirmando que assegurar o direito à cidade e à moradia, passa pelo acesso a terra e pela institucionalização da mais valia urbana, não permitindo que a cidade seja elemento de segregação (vastos condomínios horizontais), ao contrário, é preciso trabalhar o âmago da propriedade social da terra. O Deputado Nelson Pellegrino disse que, após cinquenta anos de omissão, o Estatuto é um parâmetro importante na história do País e os ensinamentos de Ermínia são valiosos para contribuir com o avanço daquela lei. Destacou as “importantes” conquistas do Governo do ex-Presidente Lula para a inclusão social e para o saneamento. O Deputado Marcelino Galo, ao afirmar que a Bahia festejava a concidadã, valorosa intelectual, que chegou para enriquecer o patrimônio baiano, disse que era hora de parar de conclamar a sociedade e fazer valer, de fato, o disposto nas leis para melhorar a vida das pessoas, inclusive, fazendo a reforma agrária. O Vereador Isnar Araújo falou que, passados dez anos do Estatuto das Cidades, Salvador continuava com um legado de problemas; situação que precisava ser trabalhada para não ser repassada às gerações futuras. Nesse sentido, afirmou que a Câmara estava atenta para qualquer discussão em benefício da população. O Sr. Ubiratan Félix asseverou que a dificuldade de fazer valer o Estatuto encontrava o aval do poder econômico, presente nas Câmaras. Parabenizou Ermínia, sempre empenhada em fazer valer o Estatuto, bem como felicitou os movimentos sociais sempre presentes na luta em prol da melhoria da Cidade. O Sr. Luiz Baqueiro explicitou que a experiência na política urbana no Brasil vem engatinhando com grandes conquistas, graças ao Estatuto das Cidades. Nesse sentido, lembrou as conferências estaduais e nacionais, destacando a importância do crescimento dos movimentos sociais para que as conquistas continuem avançando. Registrou que se orgulhava de ser amigo da mais nova cidadã baiana, por quem tem um grande carinho; orgulho que se estendia também à Bahia por tê-la como filha. A Sra. Graça Torreão, em nome do Secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, abraçou a nova baiana. Acrescentou algumas reflexões às precedentes, argumentando que, apesar de não ter alcançado o esperado com a implantação da lei, o Estatuto das Cidades apresentou o benefício de trazer para a discussão cotidiana a questão da política urbana, salientando a necessidade de se discutir a política de desenvolvimento urbano e o modelo de cidade sustentável que se quer. A Sra. Iraildes Santos, destacando que as ações

desenvolvidas pelo Governo do ex-Presidente Lula contribuíram muito com os movimentos sociais, discorreu sobre a luta cotidiana e as dificuldades que enfrentavam, salientando, entretanto, que tinham a confiança de que iriam vencer e, nesse sentido, solicitou o apoio de todos para fortalecê-los. A Sra. Presidenta afirmou que é preciso trabalhar a lei para transformá-la em ação cotidiana e realidade concreta; solidarizou-se com os movimentos sociais e parabenizou a concidadã Ermínia Maricato, dizendo-lhe que a Bahia se sentia honrada por tê-la como “filha”. Em seguida, agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –